



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/TCM, de 03 de fevereiro de 2015.

**DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO
DAS CORREIÇÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS NO
ÂMBITO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO
ESTADO DO PARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais e diante do que dispõem o **Art. 2º, II, da Lei Complementar n.º 084/2012**, bem como o **Art. 2º, inciso II, Art. 3º, caput, art. 15, VII e art. 58, do Regimento Interno (Ato n.º 16/2013)**.

CONSIDERANDO a necessidade de uniformização dos procedimentos de correições ordinárias e extraordinárias no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará;

CONSIDERANDO o fundamental papel a ser desenvolvido pela Corregedoria Geral, no exercício das ações de educação, orientação e punição, no âmbito deste TCM-PA, pautadas nos princípios da moralidade, efetividade, eficiência e economicidade que devem reger toda a Administração Pública;

CONSIDERANDO, ainda, que os procedimentos correccionais se destinam a aferir, mediante indicadores e parâmetros objetivos, previamente definidos, a responsabilidade, eficiência e a eficácia dos serviços públicos prestados por esta Corte de Contas, em seus aspectos individuais e coletivos, objetivando identificar possíveis falhas e desvios, para garantir a mais apropriada formação e adoção das medidas corretivas tendentes ao permanente aprimoramento das atividades inerentes ao controle externo;

CONSIDERANDO, por fim, a proposta de Instrução Normativa, apresentada pelo **Conselheiro DANIEL LAVAREDA**, com as emendas sugeridas pelo Conselheiro ALOÍSIO CHAVES, a qual restou aprovada por unanimidade na sessão extraordinária realizada, em **03/02/15**, nos termos da Ata da Sessão;

RESOLVE:

Aprovar a Instrução Normativa nº 001/2015, nos seguintes termos:

Art. 1º. A presente Instrução Normativa tem por objetivo regulamentar o procedimento das correições ordinárias e extraordinárias no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, objetivando avaliar a regularidade, a eficiência



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

e a efetividade dos procedimentos e prazos executados pelos setores que compõem a estrutura organizacional, nas áreas de controle externo, administrativa e patrimonial.

Art. 2º. Incumbe ao Conselheiro-Corregedor realizar, diretamente, correições ordinárias e/ou extraordinárias, com o objetivo de verificar a regularidade do serviço e a eficiência das atividades nas unidades administrativas do Tribunal de Contas, adotando ou propondo medidas preventivas e/ou saneadoras, bem como encaminhando providências, junto ao Tribunal Pleno, em face de eventuais problemas detectados.

Art. 3º. As Correições Ordinárias serão realizadas anualmente, nas unidades meio e fim, e têm os seguintes objetivos gerais, além de outros com caráter específico que, porventura, entenda necessário o Conselheiro-Corregedor:

- I** - Analisar a regularidade das tramitações de processos;
- II** - Avaliar a regularidade dos serviços;
- III** - Verificar o zelo, o desempenho e a assiduidade dos servidores deste TCM-PA;
- IV** - Levantar as condições prediais e patrimoniais das unidades administrativas;
- V** - Divulgar boas práticas de gestão passíveis de adoção por outras unidades;
- VI** - Apontar condutas funcionais ou atribuições pessoais dignas de destaque;

§ 1º. O Conselheiro-Corregedor divulgará até 30 de janeiro, de cada ano, por meio de Portaria a ser publicada no Diário Oficial do Estado e divulgada, internamente, por meio da intranet, o cronograma das correições e indicações das unidades onde serão realizadas:

§ 2º. O Conselheiro-Corregedor indicará a comissão de servidores que realizará os trabalhos correicionais, designando-a, por intermédio de Portaria, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do início das atividades, composta por no mínimo 03 (três) servidores.

Art. 4º. Salvo deliberação, devidamente fundamentada, do Conselheiro-Corregedor, não haverá suspensão dos trabalhos, interrupção na tramitação de processos, nem prejuízo no atendimento aos jurisdicionados e procuradores, visando evitar o



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

máximo de prejuízo aos trabalhos ordinários da unidade sob correição.

Art. 5º. A correição será autuada como processo administrativo, formando autos que reunirá a Portaria de instauração, ofícios, comunicações internas, relatórios e outros dados a critério do Conselheiro-Corregedor.

Art. 6º. Na fase preparatória dos trabalhos correicionais, o responsável pela unidade ou o servidor por ele indicado, além de providenciar o local adequado para a execução das atividades, deverá apoiar e colaborar com os trabalhos da comissão, apresentando sugestões, reclamações ou quaisquer outras informações úteis à regularidade e aprimoramento dos serviços ali desenvolvidos.

Art. 7º. Ao final dos trabalhos, no prazo de 15 (quinze) dias, o Conselheiro-Corregedor elaborará Relatório Circunstanciado dos trabalhos executados, contendo os achados correicionais, com emissão de parecer conclusivo quanto a regularidade ou não dos serviços inerentes a cada setor.

Art. 8º. O Relatório Circunstanciado deverá conter, ainda:

I - Caso tenham sido detectadas irregularidades nos serviços, seus detalhamentos, com a indicação de responsabilidade e as respectivas explicações e justificativas prestadas pelos responsáveis;

II - Caso tenham sido detectadas boas práticas com relevância à outras unidades e/ou setores do Tribunal, seus detalhamentos, com a indicação, quando for o caso, do(s) servidor(es) responsáveis, para indicação de elogio funcional;

III - Recomendações técnicas e funcionais que visem prevenir erros ou aperfeiçoar o serviço das respectivas unidades e/ou setores que receberam correição;

Art. 9º. O indicado Relatório será levado, preliminarmente, ao responsável pela unidade correicionada, seguindo ao conhecimento do Tribunal Pleno, que poderá fixar prazo para saneamento e/ou instaurar processo disciplinar para apuração de falhas funcionais.

§1º. A instauração de procedimento disciplinar administrativo, em desfavor de servidor deste TCM-PA, observará, para além dos dispositivos constantes na Lei Orgânica e RITCM-PA, as disposições constantes da **Lei Estadual n.º 5.810/94** (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Estado do Pará).



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

§2º. A instauração de procedimento disciplinar administrativo, em desfavor de Conselheiro ou Auditor deste TCM-PA, observará, para além dos dispositivos constantes na Lei Orgânica e RITCM-PA, as disposições constantes da **Lei Complementar n.º 35/79** (Lei Orgânica da Magistratura Nacional - LOMAN).

Art. 10. As correições extraordinárias serão realizadas em decorrência de indicadores, informações, reclamações e/ou denúncias que apontem para a existência de situações especiais de interesse público que a justifiquem, ou em decorrência de fundadas suspeitas ou situações que indiquem prática de erros, omissões ou abusos funcionais, que prejudiquem o regular funcionamento dos serviços ou quando não foram atendidas as recomendações e orientações expedidas por ocasião da correição ordinária, nos prazos e termos fixados.

Art. 11. A Correição Extraordinária será determinada pelo Conselheiro-Corregedor, cujo ato de instauração deverá conter, pelo menos:

I - A indicação da unidade ou setor a ser correicionado e o período da correição;

II - A designação, quando for o caso, dos servidores que integrarão a Comissão de Correição;

III - As providências determinadas para realização e eficiência dos trabalhos;

Art. 12. Os servidores responsáveis pelas unidades administrativas, bem como suas chefias imediatas, poderão solicitar motivadamente a realização de correição, mediante comunicação interna ao Conselheiro-Corregedor que avaliará a pertinência, conveniência e oportunidade do pedido.

Art. 13. No que couber, serão observados os procedimentos previstos para a correição ordinária, adaptados às particularidades e peculiaridades da correição extraordinária, inclusive quanto ao prazo para apresentação do Relatório Circunstanciado e ao acompanhamento do servidor responsável pelo setor ou unidade, que prestará todo o apoio e esclarecimentos necessários ao melhor desenvolvimento daqueles trabalhos.

Art. 14. Caberá ao Conselheiro-Corregedor, até a última sessão plenária do exercício, apresentar proposta de Resolução, fixando prazos e orientações pertinentes à tramitação processual interna, com vistas à aprovação Plenária e vigência para o exercício subsequente.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Art. 15. Caberá, ainda, ao Conselheiro-Corregedor, apresentar, nos termos e prazo previstos no **inciso XI, do art. 58, do RITCM-PA**, Relatório Geral de Correição, com o levantamento de todas as atividades desenvolvidas no exercício anterior, bem como consolidando os levantamentos e dados estatísticos, por controladoria, acerca da análise e julgamento dos processos sob sua responsabilidade, com base em levantamentos próprios e/ou dos Relatórios encaminhados por cada Conselheiro, na forma regimental.

Art. 16. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a partir do dia 2 de janeiro de 2015.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 03 de fevereiro de 2015.

Conselheiro CEZAR COLARES
Presidente

Conselheiro SÉRGIO LEÃO
Vice-Presidente

Conselheiro DANIEL LAVAREDA
Corregedor

Conselheira MARA LÚCIA
Ouvidora

Conselheiro ALOÍSIO CHAVES

Conselheiro JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro ANTÔNIO JOSÉ